

O campo religioso sul rio-grandense e a política de ressemantização da Devoção Mariana

Marta Rosa Borin¹

Resumo: A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças surgiu no Rio Grande do Sul a partir dos episódios político-militares de 1930, na cidade de Santa Maria. Analisam-se, a partir de fontes de jornais, estratégias do clero sul rio-grandense, para consolidar essa devoção no Estado, bem como as motivações para a promoção desta invocação mariana à padroeira do Estado e dos operários. Neste sentido, a ressemantização desta devoção evocam práticas contributivas não somente para a afirmação da identidade católica sul rio-grandense, mas também confere prestígio e poder à Igreja frente ao Estado, paralelamente à devoção à Nossa Senhora Aparecida. Pois, juntas são parte de um projeto de cristianização engendrado pelo clero católico brasileiro sob os auspícios do governo varguista. Para tanto, considera-se o campo religioso como os demais campos sociais - um espaço de jogo, onde os agentes sociais ocupam uma posição determinada à qual estão ligados a certos interesses.

Palavras-chave: Religiosidade, poder, política.

The religious field and the Marian Devotion resemantization politic in Rio Grande do Sul

Abstract: Devotion to Our Lady Mediatrix of All Graces emmerged in Rio Grande do Sul state from political and military issues around 1930, specifically in Santa Maria town. Through newspapers, the strategies adopted by the clergy in Rio Grande do Sul was analysed in a way to understand how this devotion was consolidate in the state and wich were the motivations for promoting the saint as the patroness of the state and of the workers. In this sense, this devotion resemantization evokes contributory practices not only for the affirmation of Rio Grande do Sul catholic's identity but also confers prestige and power to the Catholic Church against the state. All of this besides the devotion to Our Lady of Aparecida. Both saints together is part of a christianization project engendered by catholic clergy under the auspices of the brazilian government headed by Vargas. Therefore could be considered the religious field like other social fields: a space game, where social actors take a particular place to which they are attached with certain interests.

Keywords: Religiosity, power, politics/statecraft

Recebido em 27/11/2013 - Aprovado em 22/12/2013

¹ Doutora em História pela UNISINOS, Professora do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); membro dos Grupos de Pesquisa: História Platina: sociedade, poder e instituições, UFSM/CNPq; História: Religiosidade e Cultura, UFSC/ CNPq; Memória, Ensino e Patrimônio Cultural/CNPq; membro do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura, NEMEC/PPGH/UPF; Vice-coordenadora do GT História das Religiões e Religiosidades, ANPUH/RS.

Sabemos que as devoções marianas como objeto de estudo do catolicismo na contemporaneidade nos remetem cada vez mais à questões culturais. Trabalhar com religiosidade popular significa dedicar-se ao estudo de certas manifestações religiosas, em especial àquelas que se referem à vida cotidiana e à visão de mundo. A tendência, ao analisar a religiosidade popular é de classificá-la como ingênua, supersticiosa, em relação à religião oficial, esta julgada, a priori, como autêntica e verdadeira².

No entanto, através do estudo das devoções marianas de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil e Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecemos algumas relações entre o processo político-religioso dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, nos anos de 1930, para sugerir que as mudanças de sentido do enunciado estiveram a serviço do político.

Para tanto, trataremos as devoções marianas como *capital simbólico* que, enquanto religiosidade popular, foram tuteladas pela hierarquia da Igreja, porque entendemos como uma das prerrogativas da Restauração Católica o controle do catolicismo supersticioso, fantasioso e fanático, qualificação usada, não somente pelos acatólicos, mas também pelo próprio clero liberal.

Trabalhamos, portanto, com a hipótese de que o incentivo e o triunfo destas devoções marianas foram uma estratégia do clero católico para recuperar sua influência junto ao poder político após a proclamação da República, uma vez que a historiografia sobre a Igreja católica na América Latina, do final do século XIX a meados do século XX, apresenta um clero descompromissado com os princípios e sacramentos religiosos, muitos, ainda, praticamente ignorantes em matéria de religião e envolvidos com questões políticas. Isso gerava uma situação calamitosa para a Igreja e foi um dos motivos pelo qual, em Roma, no ano de 1899, foram discutidas algumas reformas no Concílio Plenário dos Bispos da América Latina, convocado pelo Papa Leão XIII. Esse Concílio resultou no processo de *romanização* da América Latina. Isso significava, não somente conduzir o clero à observância das normas eclesiásticas com relação ao sacerdócio, mas também substituir as crenças de cunho devocional, leigo e familiar do povo por expressões religiosas de caráter mais clerical, dando ênfase aos sacramentos e colocando a autoridade da hierarquia eclesiástica entre o povo e o Estado.

Observando esta proposição conciliar em relação às devoções encontramos no Brasil, a partir dos episódios de 1930, indícios de que a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças foi socialmente construída pela hierarquia católica a fim de regular atitudes entre os populares e colocada a serviço do Estado varguista com vistas a afastar os operários da influência comunista. No mesmo período a devoção a Nossa

² Entende-se a religiosidade popular como prática religiosa tradicional do povo expressa no culto aos santos e na participação das festas dos padroeiros. SÜSS, Günter Paulo. **Catolicismo popular no Brasil**: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979, p. 147.

Senhora Aparecida, elevada a padroeira do Brasil, reforçaria o quadro de influência da Igreja católica brasileira, atribuindo as devoções outro significado.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças passou a fazer parte do cotidiano das famílias devotas da cidade de Santa Maria/RS, a partir dos episódios de 1930. A cidade sul rio-grandense era um importante entroncamento ferroviário que ligava o Estado gaúcho a São Paulo e países da região Platina; possuía uma significativa população operária, cidade sede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e concentrava um significativo contingente militar do Exército brasileiro por ser um ponto de defesa do país.

Como havia possibilidade da cidade ser atacada pelos revoltosos por ocasião da revolução de 1930, um jesuíta devoto de Nossa Senhora Medianeira, Inácio Valle, passou a invocá-la pedindo pela proteção da cidade. Reuniam-se para orar com ele os seminaristas e populares que foram se afeiçoando a devoção. Como a cidade não foi atacada atribuíram a sua proteção a ela.

O prodígio de Nossa Senhora em relação à proteção da cidade foi notícia de várias edições do jornal local, à época. O jesuíta e os devotos começam a organizar as romarias em honra a Medianeira e a aventar a necessidade da construção de um Santuário, pois o clero previa a afluência de muitos devotos e logo começou a trabalhar em prol da difusão dessa invocação mariana.

O ocorrido em Santa Maria foi sendo divulgado em nível estadual e nacional, com outro propósito, o de tornar a devoção conhecida entre os operários a fim de desviar os trabalhadores brasileiros da influência das ideias comunistas.

Na edição, de agosto de 1931,³ da revista *UNITAS*, por exemplo, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, afirma várias vezes que Nossa Senhora Medianeira serviu como modelo, como símbolo de aprovação ou aceitação, por parte do governo brasileiro, das ações da Igreja junto aos operários e que a Igreja confiou a ela o controle da movimentação comunista entre eles no Rio Grande do Sul. Além disso, o reconhecimento da dita devoção, pelo arcebispado, reafirmava o prodígio ocorrido em Santa Maria durante a Revolução de 1930.

Se Getúlio Vargas era visto por Dom João Becker como o homem capaz de “guiar, não só o Rio Grande do Sul, mas todo o Brasil, no caminho da fidelidade ao passado católico do país”, como afirma Isaia (1998, p. 80-85), e se Dom João Becker via a Revolução de 1930 “como o ponto de partida para o resgate da própria identidade brasileira, através do reforço da catolicidade vilipendiada pela República”, Nossa Senhora Medianeira poderia tornar-se a padroeira deste projeto. Esta identidade era reforçada pela devoção a Nossa Senhora Aparecida e com a inauguração da estátua do Cristo Redentor.

Neste sentido, Dom João Becker registrou que, no ano de 1931, além de Nossa Senhora Aparecida ter sido proclamada oficialmente padroeira do Brasil foi inaugurada, por iniciativa de Dom Sebastião Leme, então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, a estátua do Cristo Redentor. O discurso oficial de inauguração foi proferido pelo

³ “Actos da Santa Sé”. In: *UNITAS*, *Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, ano XVIII, n. 7 e 8, jul. - ago., 1931, p. 317 - 374, Arquivo da Cúria Metropolitana, ACPMA, Porto Alegre.

arcebispo de Porto Alegre a convite de D. Sebastião Leme⁴. Uma oportunidade de Dom João Becker, não somente representar o Estado do Rio Grande do Sul na cerimônia, uma vez que a padroeira do Brasil havia ficado com o Estado de São Paulo e o governo brasileiro havia sido conquistado pelo gaúcho Getúlio Vargas, mas de reforçar a expansão do catolicismo e sua importância para a nação.

No discurso oficial, Dom João Becker⁵ ao enaltecer o acontecimento de inauguração da estátua do Cristo Redentor proclamou a universalidade do catolicismo em detrimento das outras crenças: “levanta-se este grandioso monumento em sinal de que Cristo deverá ser o Redentor da nação, mormente na época difícil que estamos atravessando”. Após destacar o significado do monumento, centrou seu discurso na necessidade das “leis divinas regerem as instituições sociais e políticas do povo brasileiro”, pois, o perigo no momento estava “nas consequências funestas do laicismo, que procura infiltrar suas ideias dissolventes e anárquicas em todos os departamentos da vida humana”. Advertiu que o povo brasileiro e o Estado, para falarem de “patriotismo, de desprendimento cívico e colaboração humana” deveriam estar balizados na moral cristã, pois “é Cristo que ilumina o indivíduo e o Estado”.

Para o clero católico, o Estado, pós-revolução de 30, deveria observar os princípios cristãos e retomar sua unidade com a Igreja. O Estado laico prescindia da presença de Deus e o monumento ao Cristo Redentor era uma forma de externar essas relações entre Igreja e Estado, já que agentes sociais católicos estavam interessados em legitimar a identidade católica da nação, uma vez separada do Estado.

Antes de proclamar “Cristo, o protetor da nação”, Dom João Becker⁶ fez uma crítica aos ateus e ao materialismo, “incapaz de contentar a inteligência humana, pois o homem sem religião e inimigo de Deus torna-se escravo das próprias paixões, vê-se oprimido pelo peso da matéria que ele deificou”. Fez um alerta à nação brasileira e procurou convencer os incrédulos de que o Brasil deveria honrar a Cristo não como um mito, mas como filho de Deus.

Esse discurso refletia a Encíclica de Pio XI, *Divini redemptoris*, na qual o Papa condenava o materialismo marxista como doutrina que não tem lugar para a ideia de Deus. O monumento era uma forma de externar para o mundo que o Brasil também fora consagrado ao Medianeiro, ao Cristo, o Redentor da nação. Naquela ocasião, Dom João Becker conclamava o Brasil a ser modelo de catolicidade para outras nações dominadas pelo agnosticismo.⁷

O arcebispo de Porto Alegre alertava a população sobre àqueles países que “convulsionados por torturantes males”, ou seja, pelo comunismo, ficariam “reduzidos a escombros” e o Brasil, por ser uma nação católica, seria o vigilante da democracia.

⁴ Em 1930, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil e em 31 de maio de 1931 o Cardeal D. Sebastião Leme oficializou a proclamação no Rio de Janeiro.

⁵ “*O Cristo Redentor*: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: **UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre**, ano XVIII, n. 11 e 12, nov. - dez., 1931, p. 618 a 620.

⁶ “*O Cristo Redentor*: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: **UNITAS**, op.cit., 1931, p. 618 a 620.

⁷ *Ibidem*. *Idem*.

Para encerrar o discurso, Dom João Becker pediu que Cristo incluísse em “nosso amado povo o amor à disciplina social e à obediência aos legítimos superiores”⁸ tornando público seu apoio ao governo Vargas.

O ato de inauguração da estátua do Cristo Redentor era conveniente e estratégico para o governante que “vivía o período de adaptação e incerteza no governo”.⁹ A noção de estratégia¹⁰ confere, não somente ao Estado como também à Igreja o desenvolvimento de uma linha objetiva orientada para obedecer a regularidades e formar situações compensadoras devido às condições sociais externas a elas incorporadas, neste caso, as devoções populares.

O apoio à devoção a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor, segundo Bruneau (1974: 80), foi uma ação política de Vargas que, diplomaticamente, sabia que não deveria ir contra a devoção popular devido ao grande número de devotos: “Vargas era agnóstico confesso, sem nenhum interesse na religião”.

Assim, o monumento ao Cristo Redentor, “como guardião da paz, da ordem e da prosperidade da pátria brasileira”¹¹ e a aclamação de Nossa Senhora Aparecida como a padroeira do Brasil são indícios de uma tentativa de legitimação do projeto de nação católica por parte da Igreja católica brasileira, a princípio para, segundo o jesuíta padre Valle, “salvar da ruína a massa proletária”.¹²

O campo religioso católico de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul viriam contribuir com a política varguista que nos anos 30 estava alarmada com as “ameaças vermelhas” e com possíveis “ataques comunistas”.¹³

Quanto a Nossa Senhora Aparecida, é sabido que sua imagem foi encontrada no Rio Paraíba, em 1717, por um grupo de pescadores que, nas suas redes, recolheram a cabeça de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e, logo em seguida, o restante do corpo apareceu nas malhas de outra rede. Sobre esse acontecimento, Lourival Santos (2000: 37 e 80),¹⁴ infere que “a descoberta da imagem nas águas do Paraíba reforçou o mito de uma devoção original, fundada a partir da ação de homens do povo; a devoção origina-se por iniciativa exclusivamente popular, sem concurso de autoridade eclesiástica”. Santos conclui que “quando Aparecida é coroada como padroeira do Brasil (1904), a Igreja supera o Estado e estrategicamente aproxima-se de seu rebanho agraciando o povo com a aprovação à devoção a imagem”.

⁸ Ibidem. Idem.

⁹ Cf. FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 42.

¹⁰ Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

¹¹ Ibidem. Idem

¹² Cf. Pe. VALLE, História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. In: **Copa em Revista**, 27 nov. 1954, [s.p.], Arquivo da Província dos Padres dos Jesuítas, APPJ, Porto Alegre.

¹³ Cf. FAUSTO, op.cit., 2006, p. 58.

¹⁴ Cf. SANTOS, Lourival. **Igreja, nacionalismo e devoção popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978**. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

Lembramos que isso ocorreu em São Paulo, onde, segundo o autor: “as autoridades eclesiásticas não estavam criando uma devoção popular, mas reconhecendo uma prática popular que cresceu nos dois séculos anteriores”. Diferente do Rio Grande do Sul, onde um sacerdote, através da imagem de Nossa Senhora Medianeira, construiu uma tradição em Santa Maria a partir de um fato histórico - a revolução de 1930 - e, posteriormente, com o apoio do Arcebispo Dom João Becker e do Bispo de Santa Maria, Dom Antônio Reis, se empenhou em tornar Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças padroeira dos Círculos Operários do Brasil e padroeira do Estado do Rio Grande do Sul.

Os Círculos Operários no Rio Grande do Sul ficaram, então, sob tutela da Igreja, através dos jesuítas Inácio Valle, Urbano Rausch e Emílio Schneider¹⁵, que não tinha muita experiência com o circulismo. Porém, o cenário político preocupava e, ao mesmo tempo, estimulava a ação do clero, pois os Círculos Operários Católicos haviam recebido do presidente Getúlio Vargas o título de “Órgão Técnico Consultivo do Ministério do Trabalho”¹⁶. Dito órgão foi instituído, em 1930. Dentre suas realizações, orientava, construtivamente, o sindicalismo, “colaborando com as autoridades e patrões, livrando os trabalhadores dos despóticos chefes comunistas que tiranizam os operários e criam um ambiente permanente de instabilidade pública”¹⁷.

O governo Vargas, segundo Souza (2002, p. 139-143), colocou na equipe política do Estado assessores técnicos conhecedores da Doutrina Social da Igreja que se destacaram no cenário trabalhista. A Igreja reconhecia o importante papel que estava sendo desempenhado pelo Estado pois, Vargas, com a promulgação das leis trabalhistas, cumpria sua promessa com o circulismo feita em 1929, quando se dirigia aos trabalhadores de Porto Alegre: a elaboração de uma legislação sindical e previdenciária.

Ainda, o perfil esperado do operário brasileiro ficava claro, por exemplo, na estrutura e no programa do Círculo Operário Porto-Alegrense¹⁸ onde dizia que ele deveria ser “cristão e anticomunista”¹⁹.

Neste sentido, os jesuítas desempenharam um papel importante nos Círculos Operários pois, além da difusão da devoção a Nossa Senhora Medianeira manipulavam as votações e, ainda, criaram entre os operários certa dependência que acabava por supervalorizar a figura do padre (RAUSCH, 1997: p. 58).

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças assumiria assim outra função, além da religiosa. Tal função foi nitidamente apoiada pelo Estado, no intuito de “manipular”, parafraseando Hobsbawm e Ranger (1997: 315), as decisões da classe operária que o Estado considerava perigosamente atraída e manipulada pelas ideias

¹⁵ RAUSCH, Pe. Urbano, S.J. **Uma vida dedicada ao Círculo Operário**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ “*A nova organização administrativa do país*”. Discurso de posse da chefia do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930”. In: VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 62-64.

¹⁸ *Programa, Estrutura e realizações. Trabalhador Alerta! Leia com atenção e decida*. **Círculo Operário Porto-alegrense, COPA**, Porto Alegre: Tipografia do Centro, [19--?], p.1.

¹⁹ Ibidem.

comunistas. O Estado se apropriaria da ação da Igreja e usaria a devoção contra o comunismo, valendo-se, neste caso dos Círculos Operários e da confiança que a Igreja creditava à devoção mariana.

Se a ideia era sacralizar a política social implantada após 1930, com a preocupação de restaurar a dignidade do trabalhador, de manter a nação católica e afastar a sociedade de experiências radicais vindas pelo sindicalismo e pelo capitalismo liberal, a preocupação do padre Valle não seria somente devocional mas, também, com a transformação social, com as mudanças sociais da classe operária, indo ao encontro do discurso varguista.²⁰

O fato da devoção a Nossa Senhora, invocada como Medianeira ter surgido por iniciativa de um sacerdote facilitou a credibilidade imediata na Igreja por parte dos populares. Ela seria uma devoção que, a partir do Rio Grande do Sul, apareceria como mediadora entre os anseios dos operários e da classe dirigente.

A devoção religiosa, que também serviu a interesses políticos, foi conduzida por sacerdotes fiéis tanto ao Projeto de Restauração Católica quanto às prerrogativas do Estado.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira veio, ainda, reforçar o projeto da Igreja submetida à autoridade de Roma. Era a Igreja reformada que colocava sob controle da hierarquia as devoções populares.

A Igreja católica pretendeu, também, que a difusão da devoção a Nossa Senhora invocada como Medianeira, desde seu início, ultrapassasse as fronteiras do Estado²¹, ela deveria ter importância igual ou maior que a festa da padroeira do Brasil, pois a Igreja do Rio Grande do Sul estava no rol dos Estados brasileiros empenhados com a identidade católica da nação.²²

Se nos anos de 1930, os discursos apresentavam São Paulo como sendo o estado mais culto, civilizado e moderno do Brasil, as forças de Vargas, gaúcho, eram consideradas incivilizadas, inferiores. A pretendida superioridade paulista se dava devido às questões econômicas, sendo que o discurso, racista e preconceituoso com relação aos outros Estados afirmava sempre a inferioridade e a brutalidade dos brasileiros de outras regiões²³ como uma luta entre duas ideias diferentes de civilização, ou melhor, entre civilização e barbarismo.

O “estado próspero”, no entanto, não hesitou em superar tal preconceito para, em 1931, abrigar a imagem negra de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, ouvindo o clamor do povo, torná-la a Padroeira do Brasil católico.

Nas décadas de 1920 e 1930, a questão da identidade brasileira foi sendo discutida e reelaborada. É uma época de “aproximações entre as elites e o povo depois de longo período de frequentes expressões de desprezo por negros e mestiços entre os intelectuais”. Muitos intelectuais se empenharam para reconhecer o Brasil como um país

²⁰ “As classes trabalhadoras e o governo da Revolução, discurso proclamado em 29 de outubro de 1932. In: VARGAS, op, cit, 79.

²¹ **Livro Tombo**, Seminário São José, Santa Maria, 1928-1936, p. 18-22, ASSJ, Santa Maria.

²² *Ibidem*. *Idem*

²³ BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder. Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

de cultura plural, destacando como de fundamental importância as contribuições de negros e mestiços, além de brancos e índios²⁴.

Mesmo que a Igreja tenha sido separada do Estado com a implantação da República no Brasil, o resultado foi a derrota cívica perante a religião, pois o maior símbolo católico feminino, a Virgem Maria, tornou-se a padroeira do Brasil, a representante da nação: mulher, virgem, santa e negra (CARVALHO, 1990: 93).

A origem da imagem em terras paulistas reforçava os argumentos da supremacia do Estado mais rico da nação, a locomotiva do Brasil, já que também era a terra da Padroeira. Em seguida a pequena cidade de Aparecida, é inaugurada como capital religiosa do Brasil.

O culto a Aparecida, nesse contexto, foi retomado pela Igreja com o intuito de formar, no Vale do Paraíba, um polo turístico-religioso, já que tal devoção, nos séculos anteriores, havia dado frutos, desde que os padres redentoristas se incumbiram, a partir de 1895, da direção espiritual dos devotos daquela localidade (AZZI, 1977: 37-38). A imagem que pertencia ao povo humilde de Itaguaçu foi contemplada com a construção de um Santuário no alto do morro dos Coqueiros. Posteriormente, construíram um novo e mais amplo Santuário, pois “as rendas vultosas desses centros de romaria podiam ajudar a manutenção das pessoas e obras das instituições eclesásticas” (AZZI, 1994: 100).

Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o projeto da Igreja católica se assemelhava ao do clero da cidade de Aparecida, quando o padre Valle motivava as pessoas a participarem das romarias em honra a Nossa Senhora Medianeira, fossem elas procedentes desse município ou de outras localidades e, quando o Bispo Dom Antônio Reis providenciou a construção de um Santuário para os devotos de Nossa Senhora Medianeira.

Outra observação que podemos fazer com relação as duas devoções é que, muito embora “a primazia da iniciativa popular seja característica do culto à Aparecida”, segundo Santos (2000), esta não contrasta com a devoção pretendida a Medianeira, pois ela também surgiu da devoção popular, consequência do fato da população ter confiado a cidade à Nossa Senhora por ocasião da Revolução de 1930.

Todavia, tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as ideias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, (BRANDÃO, GONZÁLEZ e IRAARRÁZAVEL, 1992: 47), mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo.

²⁴ WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006, p. 275-279.

Entendemos que a Igreja católica santa-mariense estava preocupada com a fé também enquanto expressão da nacionalidade²⁵. O surto do nacionalismo dos anos 20 é acompanhado pelos prelados da Igreja que, com a tutela das devoções populares, Aparecida e Medianeira, uniam-se às prerrogativas do Estado. Isso fica claro com relação à devoção a Nossa Senhora Medianeira, quando os episcopos vão colocá-la, também, a serviço do Estado em nível nacional no combate ao comunismo.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira, como capital simbólico acompanhava as novas diretrizes do governo Vargas à época da implantação do Estado Novo. A exemplo do ocorrido em Santa Maria em 1930, quando a Nossa Senhora Medianeira foi invocada para proteger a cidade, o Arcebispo metropolitano, Dom João Becker, buscou, para o Estado gaúcho, em 1937, a proteção de Nossa Senhora Medianeira contra os integralistas. Prometeu dedicar uma paróquia à Medianeira com templo votivo, se Nossa Senhora impedisse o derramamento de sangue. Como não houve revolução na capital, D. João Becker fundou em Porto Alegre a paróquia de Nossa Senhora Medianeira, em 1942, em agradecimento à graça recebida.²⁶

A invocação da devoção mariana gaúcha também irá aparecer em nível nacional, em 1937, quando Dom Sebastião Leme chamou o padre Leopoldo Brentano ao Rio de Janeiro para fundar o Movimento Nacional dos Círculos Operários Católicos. Esse movimento teria resultado da fusão de duas iniciativas dos padres, Valle e Brentano: os Círculos Operários e a devoção a Nossa Senhora Medianeira. Outro desdobramento da invocação mariana resultou na escolha de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças como “Rainha e Advogada de todos os Círculos Operários do Brasil”, ou seja, a padroeira da Confederação dos Círculos Operários Católicos. O resultado dessa eleição foi enviado pela Confederação Nacional de Operários Católicos aos Bispos católicos do Brasil, que se reuniram no Rio de Janeiro, em 1939, em Concílio Plenário Brasileiro, onde aprovaram o pedido feito e estabeleceram que a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira seria introduzida em todo o território nacional. Ficou decidido, no citado Concílio de 1939 que, a partir de 1940, “a missa e ofício próprios de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças seriam rezadas em todo o Brasil a 31 de maio”.²⁷

Esse Concílio, segundo Isaia (1998, p.153), “representou uma oportunidade para mútuas manifestações de estima e entendimento entre os dirigentes católicos e Vargas”, e seu resultado foi uma “conquista moral” entre o Cardeal Leme e o Presidente da República. Nesse sentido, segundo o padre Valle, em todos os Estatutos circulistas

²⁵ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

²⁶ Artigo do Pe. Rafael Valle, “História da Devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”, **Copa em Revista**, 27 nov. 1954, s/ pág., APPJ, Porto Alegre.

²⁷ **Histórico do Movimento em torno da Mediação Universal de Maria Santíssima**, [19--], p. 8, APPJ, Porto Alegre.

deveria encontrar-se Nossa Senhora Medianeira como padroeira e advogada dos Círculos Operários, como ele e o padre Brentano pretendiam.²⁸

Assim, se o apelo à devoção do padre Rafael Valle tinha origem na sua própria fé, também estava na sua convicção de que o apoio do Estado oficializava a importância de Nossa Senhora Medianeira enquanto capital simbólico no campo religioso católico. Um poder difícil de ser combatido pelo seu valor subjetivo, religioso, sentimental, sobrenatural. Um bem de salvação para a Igreja e um trunfo poderoso a favor do estadista. “O Estado aproveitava-se da ascendência desfrutada pela Igreja ante uma massa urbana ainda presa aos valores tradicionais próprios de suas raízes rurais, utilizando-a como força legitimadora do autoritarismo varguista”²⁹ por um lado. Por outro, a Igreja católica via-se prestigiada por um regime que se mostrava como inspirado em seus ensinamentos e comprometido com as “raízes cristãs da nossa nacionalidade”, o que era retratado na estrutura da política social do Estado Novo e na doutrina da Igreja³⁰.

A Igreja católica brasileira, através dos Círculos Operários contribuiria, assim, para forjar um trabalhador “disciplinado, despolitizado e produtivo”. Então, na visão do Estado e da Igreja “o negativo conceito de luta de classes” deveria ser substituído pelo conceito positivo de colaboração de classes”. O Estado Novo, como sabemos, nunca se entusiasmou por disseminar uma participação política ativa de massas, ao contrário, voltou-se muito mais para bloquear e impedir esse tipo de manifestação por parte de seus adversários”. No entanto, usou de outros meios “não convencionais de adesão das massas [a devoção popular] e efetivou a centralização do poder simbólico”.³¹

Dentre os novos canais de comunicação do Estado Novo, entendemos que, no campo religioso, a devoção popular no Rio Grande do Sul foi usada estrategicamente no jogo político. A Igreja católica se articulou com o Estado sem deixar de lado, obviamente, o seu discurso teológico pois, através dele, legitimava sua posição na sociedade civil. A pompa das procissões, com a presença de representantes do poder civil, retratava publicamente o prestígio da hierarquia eclesiástica.

A devoção a Padroeira dos Círculos Operários Católicos – Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças - somada à devoção a Nossa Senhora Aparecida e ao Cristo Redentor completava a ideia de que a Igreja fora consolidando seu prestígio. O clero católico estaria reconquistando a nação uma vez que “a verdadeira identidade nacional estaria indissolivelmente ligada à Igreja católica” (ISAIA, 1998: 213) já que essa identidade seria coroada não somente pela Padroeira do Brasil, mas também pela Padroeira dos operários e do Estado do Rio Grande do Sul.

O padre Valle ao estimular a religiosidade popular abriu portas à Igreja católica, com ela combateu seus opositores agnósticos. Com a festa em honra a Nossa Senhora

²⁸ Cf. VALLE. Pe. Inácio. **Com Maria Mãe de Jesus**: cruzadas de santas missas em honra e nas intenções da Virgem Medianeira. Santa Maria: Pallotti, 1952, p. 11; “História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”, **Copa em Revista**, Porto Alegre, 1954.

²⁹ ISAIA, op.cit., p. 151-152.

³⁰ Ibid.

³¹ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas/SP: Papirus, 1986, p. 22-53.

Medianeira, a Igreja ganhava, para si, um diversificado público consumidor do capital simbólico, o qual ela vinha acumulando após o episódio de 1930. A relação que existia entre a produção deste bem de salvação, a devoção, e a procura foi resultado da lógica da demanda, pois a devoção mariana ia ao encontro das necessidades dos consumidores: populares, operários, subalternos, políticos e devotos de distintas classes sociais.

A síntese dessa dialética entre a intervenção oficial, o clero e a devoção popular revelou-se nas iniciativas do clero que, ao longo dos anos vai, não somente emprestando ao culto mariano uma solenidade maior, mas também atribuindo-lhe uma nova identidade quando, por exemplo, a introduziu nos Círculos Operários ampliando assim, a cadeia de significados da devoção, contingenciada pela autoridade eclesial pois, à Medianeira, que salvou a cidade da Revolução de 1930, são atribuídas outras identidades e a festa em torno das devoções vai sendo “reinventada”³².

O Estado, ao compactuar com o valor deste signo religioso, apropriou-se do poder e do prestígio a ele conferido que, em conjunto com os símbolos nacionais empoderavam os governantes e geraram confiança na condução da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- AZZI, Rioldo. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil, v. 5).
- BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder. Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. Tradução de Margarida Oliva.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FUASTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOBBSBAWM & RANGER, Tenece. **A invenção das Tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti.
- ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas/SP: Papirus, 1986.
- RAUSCH, Pe. Urbano, S.J. **Uma vida dedicada ao Círculo Operário**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

³² VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 242-248.

- SANTOS, Lourival. **Igreja, nacionalismo e devoção popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978.** São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.
- SEGATO, Rita Laura. *Formaciones de alteridad: Nación y cambios religiosos en el contexto de la globalización. La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempo de políticas de la identidad.* Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- SOUZA, Jessie Jane. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.
- SÜSS, Günter Paulo. **Catolicismo popular no Brasil: tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida.** São Paulo: Loyola, 1979.
- VALLE, Inácio. **História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças.** In: Copa em Revista, 27 nov. 1954, [s.p.], Porto Alegre.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.
- “A nova organização administrativa do país”. Discurso de posse da chefia do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930”. In: VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 62-64.
- “As classes trabalhadoras e o governo da Revolução, discurso proclamado em 29 de outubro de 1932. In: In: VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 79.